



PREFEITURA DE
RIBEIRÃO DO PINHAL
ESTADO DO PARANÁ



PARECER JURÍDICO RSF N° 46/2022.

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2022. AQUISIÇÃO E CORTE DAS CAPAS DO IPTU/2022. ART. 24, INCISO II, LEI 8.666/93. REGULARIDADE.

INTERESSADO: SETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de manifestação desta procuradoria jurídica acerca da Dispensa de Licitação n° 002/2022, que versa sobre **aquisição e corte das capas do IPTU/2021**.

O processo de dispensa veio instruído com:

" I - Solicitação de aquisição e corte das capas do IPTU/2022, proveniente do Setor de Cadastro e Tributação, cuja justificativa apresentada foi a necessidade do lançamento anual do IPTU;

II - Orçamento apresentado pelas empresas:

II.A) J.P BRITES E CIA LTDA - ME no valor de R\$ 3.840,00.

II.B) TOMAZGRAF GRÁFICA E PAPELARIA - EIRELI no valor de R\$ 7.229,00.

II.C) WGRAF PROMOCIONAIS no valor R\$ 17.689,00.

III - Planilha detalhando as propostas apresentadas pelas três empresas citadas no item II acima.

IV - Manifestação Orçamentária do contador desta municipalidade, onde atesta disponibilidade orçamentária;

V - Parecer financeiro do Secretário Municipal de Fazenda desta municipalidade, onde atesta que o ente político dispõe de recursos financeiros".

É o breve relatório, passo a análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

Na Administração Pública impõe-se a obrigatoriedade da licitação, todavia o direito administrativo traz hipóteses onde há ressalva à obrigatoriedade. Uma das exceções é a dispensa de licitação.

José dos Santos Carvalho Filho escreve que a dispensa de licitação "caracteriza-se pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório" (Manual de Direito Administrativo, p. 261, 2019).

A situação ora em análise versa sobre contratação de empresa para **aquisição e corte das capas do IPTU/2022**, no valor previsto de R\$ 3.840,00 que se refere, dentre as cotações realizadas, ao menor valor apresentado pela empresa J.P BRITES E CIA LTDA - ME.

Referida quantia pecuniária insere-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso II, da lei n° 8.666/93, que permite a contratação direta para serviços e compras de valor até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

José dos Santos Carvalho Filho, ao comentar acerca da dispensa em razão do valor (incisos I e II do art. 24 da lei n° 8.666/93) leciona que *nesses dois incisos não se exige justificção detalhada, e que a verificação da legalidade, nessas hipóteses, é mais simples e objetiva, dependendo apenas do enquadramento do valor do contrato na faixa autorizativa para a dispensa do certame* (Manual de Direito Administrativo, p. 262, 2019).

Dessa maneira, tendo em vista que o valor da contratação direta por dispensa de licitação está dentro do previsto em lei, esta procuradoria não se opõe à continuidade da contratação direta.

3. DECISÃO.

Pelo exposto, manifesto-me pela regularidade formal quanto ao processo de dispensa de licitação n° 002/2022.

Ribeirão do Pinhal, 01 de fevereiro de 2022.

Rafael Frizon
OAB/PR 89.542


RAFAEL SANTANA FRIZON
Departamento Jurídico
OAB/PR 89.542